



Impugnação ao edital 59/2024 Lages

De: Advocacia

Para: pregaoeletronico2@lages.sc.gov.br

Cópia:

Cópia oculta:

Assunto: Impugnação ao edital 59/2024 Lages

Enviada em: 13/06/2024 | 11:47

Recebida em: 13/06/2024 | 11:47

O presente pregão no termo de referência exige que se apresente:

Da qualificação técnica-operacional: 9.22.4.7 Apresentar certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal do Estado onde serão executados os serviços, com validade em vigor de acordo com a Portaria DG/DPF n.º 3233/2012, do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça; Cópia da autorização do Ministério da Justiça para prestar serviços de vigilância onde serão executados os serviços, bem como o comprovante de comunicação de funcionamento à Secretaria de Segurança Pública no Estado de Santa Catarina de acordo com a Lei 7.102, de 20/06/83, Portaria DG/DPF Nº 3233/2012, e regulamentação posterior;

Ocorre que esta exigência é exagerada visto que o referido certificado se relaciona a vigilância armada e não é o caso para o presente edital, não se busca neste edital a contratação de vigilância armada e a referida exigência restringe a participação de empresas de monitoramento.

Diante do exposto, requer a supressão do referido item, ou que a prefeitura justifique o motivo da exigência.

Pede deferimento.

Luciano Anziliero
OAB SC 067005
